



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085/2025  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 053/2025

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA VIDEOMONITORAMENTO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL.**

**CONTRATADA: DANIEL & MORRETO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA**  
**CNPJ Nº: 34.664.950/0001-32**  
**ENDEREÇO: RUA JOSE ANDRE KOFF 140 BAIRRO JABUTICABAL ERECHIM.**  
**VALOR: R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais).**

**LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:**

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO Contratação de empresa para instalação de sistema videomonitoramento veicular da frota municipal.

A empresa **DANIEL & MORRETO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA**, deverá oferecer os seguintes produtos:

ITEM	QUANT UND.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO O MENSAL	VALOR 12 (DOZE) MESES
01	15 VEÍCULO S (02 câmeras por veículo)  12 MESES	Contratação de empresa para instalação de sistema videomonitoramento veicular, com Kit de no mínimo 02 câmeras FULL HD, com 128 GB, Frente e Verso, com 720P. Com sistema para acompanhar imagens ao vivo e com possibilidade de recuperação de imagens salvas por período não inferior de 7 dias. Com sistema de rastreamento veicular e sistema para gestão.	R\$ 285,00 (por veículo)  R\$ 4.275,00 (por mês – 15 veículos)	R\$ 51.300,00 (para 15 veículos)
VALOR TOTAL (12 MESES)			R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais)	
*O valor deverá englobar todo o custo para instalação e condições de pleno funcionamento do equipamento solicitado, bem como, do aplicativo e sistema de gerenciamento.				
Os valores da tabela acima representam o menor valor alcançado através de pesquisa de preços realizada em empresas pertinentes ao ramo do objeto, os valores poderão sofrer alteração caso haja novas propostas mais vantajosas para a Administração Municipal.				

**FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso

XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. No ano de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a qual veio para substituir a antiga lei, e tem um prazo de 02 anos para adequação e uso obrigatório. Com isso, durante este tempo os órgãos públicos podem optar entre as duas em seus processos licitatórios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para realizar a Contratação de empresa para instalação de sistema de videomonitoramento veicular da frota municipal, encontra amparo legal no art. 75, inciso I da Lei nº. 14.133/2021.

#### **FUNDAMENTO LEGAL:**

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso I da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*“Art. 75. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;”*

#### **Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) <sup>1</sup>**

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à*

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.

*dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

#### **RAZOES:**

#### **DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VI – razão da escolha do contratado;”*

A escolha desta Administração Municipal para a contratação de empresa para instalação de sistema de videomonitoramento veicular da frota municipal, da empresa **DANIEL & MORRETTO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA** é porque dentre todos os orçamentos pedidos a empresa foi o menor valor proposto.

#### **DO PREÇO:**

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VII – justificativa de preço;”*

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Consideramos a realidade da região para a execução desses serviços, a fim de obter preços mais próximos do praticado no mercado, considerando as experiências enfrentadas pelas empresas, no intuito de evitar-se contratações com a formalização de preços descompactáveis ou impraticáveis.

#### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A segurança e a eficiência na gestão dos veículos públicos são fundamentais para garantir um transporte adequado e confiável, tanto para os alunos da rede municipal de ensino quanto para os pacientes transportados pela Secretaria Municipal de Saúde. Diante dessa necessidade, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada na instalação de um sistema de videomonitoramento veicular, que atenda aos seguintes requisitos mínimos:

**Kit com mínimo de 02 câmeras FULL HD (Frente e Verso), com capacidade de armazenamento de 128 GB e resolução de 720P;**

**Sistema para acompanhamento das imagens em tempo real e recuperação de gravações por período não inferior a 7 dias;**

**Sistema de rastreamento veicular**, permitindo o monitoramento da localização dos veículos em tempo real;

**Sistema de gestão**, facilitando o controle e a administração das frotas municipais.

Benefícios da Contratação:

**Aumento da Segurança:** A instalação das câmeras possibilita um maior controle sobre as atividades dentro e fora dos veículos, prevenindo atos ilícitos e garantindo a segurança dos passageiros.

**Transparência e Controle:** A capacidade de acompanhar as imagens ao vivo e recuperar gravações contribui para a fiscalização do transporte, permitindo uma resposta rápida a possíveis incidentes.

**Otimização da Gestão de Transporte:** O rastreamento veicular possibilita a supervisão de rotas e horários, evitando desvios e otimizando o uso dos recursos públicos.

**Eficiência Operacional:** O sistema de gestão auxilia na administração dos veículos, facilitando manutenções preventivas, controle de consumo de combustível e cumprimento dos itinerários planejados.

Fundamentação Legal:

A implementação do sistema de videomonitoramento e rastreamento atende às melhores práticas de segurança e transparência, estando alinhada às diretrizes de gestão pública e ao dever de zelar pela integridade e proteção dos cidadãos atendidos pelo transporte municipal.

Dessa forma, a contratação da empresa especializada se mostra essencial para a modernização do serviço público, garantindo maior segurança, eficiência e controle na operação dos veículos municipais.

RONDA ALTA/RS, 14 de maio de 2025.

**MATEUS VALDUGA BOSA**  
**Secretário de Administração e Governo**

**MARCOS MIGUEL BEUX**  
**Prefeito Municipal**